REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 291, maio 2019.

Doutrina

O DEBATE PÚBLICO NA CONSTRUÇÃO E LEGITIMAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES JUDICIAIS: Backlash e justiça midiática

Rita Vasconcelos e Maria Teresa Vasconcelos

<u>FUNDAMENTOS DE APLICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS ATÍPICOS AO</u>
DIREITO PROCESSUAL PENAL

Catharina Peçanha Martins Oroso

ARBITRAGEM E ACESSO À JUSTIÇA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: uso de instrumentos tecnológicos no procedimento arbitral

Gabriel Oliveira Brito e Gustavo Filipe Barbosa Garcia

TÉCNICA PROCESSUAL DE AMPLIAÇÃO DO ÓRGÃO COLEGIADO: da função topológica à função teleológica do Artigo 942 do CPC/15

Pedro Augusto Silveira Freitas

O DANO MORAL IN RE IPSA E SUA DIMENSÃO PROBATÓRIA NA JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Eduardo Cambi e Renê Francisco Hellman

CONVENÇÃO DE HAIA SOBRE O ACESSO INTERNACIONAL À JUSTIÇA E SEUS REFLEXOS NO BRASIL

Diana Tognini Saba

REVELIA E FATOS INVEROSSÍMEIS: em torno do princípio da marcação reversível

Alexandre Pimenta Batista Pereira

O CONTROLE DOS PROVIMENTOS DE NATUREZA PROVISÓRIA POR MEIO DE RECURSOS EXCEPCIONAIS

Ricardo Ruiz Arias Nunes e Lúcio Grassi de Gouveia

REVISTA DE PROCESSO. São Paulo: Revista dos Tribunais, n. 291, maio 2019.

(IM)PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA

Mauro Gabriel Junior

COMPOSIÇÃO CIVIL EM IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Marcos Roberto Funari e Motauri Ciocchetti de Souza

NUOVE PROSPETTIVE DI INVESTIGAZIONE IN MATERIA TRIBUTARIA E RACCOLTA DELLE PROVE NEL PROCESSO: l'ufficio europeo per la lotta antifrode (OLAF) e la procura europea (EPPO)

Fabio Saponaro

A RELAÇÃO ENTRE DEMANDAS EM VIRTUDE DE CONEXÃO, AFINIDADE, CONTINÊNCIA OU LITISPENDÊNCIA: um singelo cotejo explicativo-exploratório acerca da interação entre demandas no direito pátrio

Lucas Soares de Oliveira

<u>SEGURANÇA JURÍDICA DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS VERSUS FRAUDE À EXECUÇÃO:</u>
onus dos credores e ônus dos adquirentes de bens no direito civil e tributário brasileiro

Eduardo Arruda Alvim e Rafael Ricardo Gruber

<u>SELEÇÃO DO CASO PILOTO NOS RECURSOS REPETITIVOS, LITIGÂNCIA REPETITIVA E O GRANDE LITIGANTE</u>

Giovani dos Santos Ravagnani e Marcely Ferreira Rodrigues

TEMAS CONTEMPORÂNEOS NA ARBITRAGEM: do clássico ao circuito alternativo e alguns "curtas-metragens"

Marcelo Mazzola

EXPROPRIAÇÃO DA FRAÇÃO IDEAL PERTENCENTE A TERCEIRO COMPROPRIETÁRIO DO EXECUTADO (ART. 843 DO CPC/2015)

Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikawa

Jurisprudência

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.774.987 Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues 08/11/2018

EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO – Ajuizamento de ação autônoma – Admissibilidade – Demanda que possui adequação à norma processual – Inteligência dos arts. 381 e 396 do CPC.

Supremo Tribunal Federal

Repercussão Geral no RE com Ag 1.162.883 Presidente 11/10/2018

REPERCUSSÃO GERAL – Inocorrência – ITCMD – Demanda relativa à base de cálculo do fundada na interpretação de legislação local – Controvérsia que se restringe à norma infraconstitucional e não transcende os interesses subjetivos da causa.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.771.815 Ricardo Villas Bôas Cueva 13/11/2018

JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA – Nulidade – Inocorrência – Ampliação do colegiado – Hipótese de ausência de unanimidade na análise da controvérsia que possibilita a convocação de ofício de outros desembargadores – Possibilidade, ademais, de modificação do posicionamento de julgador que já tenha prolatado voto – Inteligência do art. 942 do CPC.

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.755.266 Luis Felipe Salomão 18/10/2018

JULGAMENTO EM SEGUNDA INSTÂNCIA – Nulidade – Inocorrência – Acórdão que decide com fundamento em nova situação de fato sem oitiva da parte – Hipótese que, embora viole o princípio da não surpresa, não há prejuízo se a oitiva não puder influenciar na solução da causa – Observância dos princípios da duração razoável do processo e da economia processual – Inteligência do art. 10 do CPC.